

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO

André Constant Dickstein

MESTRADO EM DIREITO
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO:
CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
NA TOMADA DE DECISÃO
AMBIENTAL



AA FDL
EDITORA

Lisboa / 2019

Ficha Técnica

1178686

Título:

Participação Pública na Tomada de Decisão Ambiental
AAFDL – 2019

Autor:

André Constant Dickstein

Edição:

AAFDL
Alameda da Universidade – 1649-014 Lisboa

ISBN:

978-972-629-324-8

Depósito Legal:

463417/19

Novembro / 2019

ÍNDICE

1. A CULTURA DA PARTICIPAÇÃO NO ESTADO CONSTITUCIONAL ECOLÓGICO	19
1.1. Cidadania ambiental ou ecológica	31
2. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	37
2.1. Conceito	37
2.2. Democracia deliberativa.....	39
2.3. Condições para a participação.....	50
2.3.1. <i>Participação, informação e justiça</i>	52
2.4. Instrumentos.....	58
2.4.1. <i>Graus de participação</i>	61
2.4.2. <i>Consultas públicas</i>	63
2.5. Valores da participação pública.....	66
2.5.1. <i>Participação pública como elemento transversal do desenvolvimento sustentável</i>	73
2.5.2 <i>Participação pública como elemento moderador da normatividade aberta e da discricionariedade técnica</i>	79
2.6. Dificuldades da participação pública	89
3. REGIME JURÍDICO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	95
3.1. Natureza jurídica	95
3.2. Participação pública no e pelo procedimento.....	102
3.3. Relações jurídicas multilaterais	113
3.4. Delimitação do círculo de participantes.....	116
3.5. Efetividade jurídica da participação pública	125
3.6. Regime de invalidade	144
4. AFLORAMENTOS INTERNACIONAIS DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	163
4.1. A Convenção de Aarhus e os seus três pilares	165
4.1.1. <i>Primeiro pilar: acesso à informação</i>	168
4.1.2. <i>Segundo pilar: participação nos processos de tomada de decisão</i>	172

4.1.3. Terceiro pilar: acesso à justiça	185
4.2. A Organização dos Estados Americanos e o sistema Interamericano de direitos humanos: contexto geral	189
4.2.1. Estratégia Interamericana para a Promoção da Participação Pública no Processo de Tomada de Decisão para o Desenvolvimento Sustentável	195
4.2.2. Participação pública segundo a Comissão IDH e a Corte IDH	197
CONCLUSÃO	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225
SITES CONSULTADOS	289
REPORTAGENS JORNALÍSTICAS	291